



Número: **0802140-15.2019.8.18.0039**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Barras**

Última distribuição : **23/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ANTUNES BARBOSA (AUTOR)		CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9264572	15/04/2020 17:59	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
8639166	04/03/2020 11:19	<a href="#">Petição</a>	Petição
8639174	04/03/2020 11:19	<a href="#">REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO- CARLOS ANTUNES BARBOSA</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7800458	09/01/2020 22:00	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
7796721	09/01/2020 09:18	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
7732871	23/12/2019 13:53	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7732872	23/12/2019 13:53	<a href="#">DOCUMENTOS- CARLOS ANTUNES BARBOSA</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Vara Cível da Comarca de Barras**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº: 0802140-15.2019.8.18.0039**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: CARLOS ANTUNES BARBOSA**

**Nome: CARLOS ANTUNES BARBOSA**  
**Endereço: AVENIDA FRANCISCO DA C VELOSO, 550, MORADA NOVA, CABECEIRAS DO PIAUÍ**  
**- PI - CEP: 64105-000**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
**Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

**Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo fica a REU:**  
**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. ciente do conteúdo abaixo:**

**DESPACHO-CARTA**

1. Vistos, etc. Recebo a inicial, por preencher os requisitos essenciais e não ser caso de improcedência liminar do pedido. Concedo os benefícios da Justiça Gratuita. Considerando as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, VI do CPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.") Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial, manifestando-se em igual prazo acerca do interesse em audiência de conciliação. Expedientes necessários. Cumpra-se.
2. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA AR.**

BARRAS-PI, 15 de abril de 2020.

**MARKUS CALADO SCHULTZ**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Barras**



**ExCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR Juiz de Direito da VARA ÚNICA DA COMARca DE BARRAS-PI**

**Processo nº 0802140-15.2019.818.0039**

**CARLOS ANTUNES BARBOSA**, já qualificado nos presentes autos, por intermédio da sua procuradora abaixo subscrita (procuração inclusa nos autos), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requer a juntada do comprovante de requerimento administrativo junto ao Seguro DPVAT, conforme Vossa Excelência solicitou.

Também cabe esclarecer que o autor recebeu via administrativa a quantia de R\$ 3.206,25 (três mil, duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos). No entanto, ficou inconformado com este valor e procurou este judiciário para receber a diferença a qual tem direito.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

**Barras-PI, 04 de março de 2020**

**Carla Yohanna Moreira Gonçalves**  
**OAB-PI 12.805**



## SINISTRO 3190593082 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** CARLOS ANTUNES BARBOSA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

**BENEFICIÁRIO** CARLOS ANTUNES BARBOSA

**CPF/CNPJ:** 33731322315

### Posição em 04-03-2020 10:47:47

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/11/2019	R\$ 3.206,25	R\$ 0,00	R\$ 3.206,25



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**Vara Cível da Comarca de Barras DA COMARCA DE BARRAS**  
Rua São José, 864, Centro, BARRAS - PI - CEP: 64100-000

**PROCESSO Nº: 0802140-15.2019.8.18.0039**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: CARLOS ANTUNES BARBOSA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DESPACHO**

Trata-se de Ação de Cobrança, cuja parte autora persegue o recebimento de indenização oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres DPVAT.

Compulsando os autos, constatei a ausência de comprovante do indeferimento do requerimento administrativo realizado junto à seguradora. E prova documental que é, o comprovante deve ser juntado na própria petição inicial (art.436 do NCPC), para fins de demonstração do interesse processual.

Nesse sentido:

*APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO É ILEGITIMIDADE ATIVA. REJEITADA. DIREITO AO VALOR INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Em recente decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede do Recurso Extraordinário 839.353/MA, a configuração do interesse de agir para a propositura de ação de cobrança de indenização do seguro obrigatório depende de prévio requerimento administrativo. A mencionada decisão foi publicada no Diário do Judiciário Eletrônico em 09 de fevereiro de 2015, sendo aplicável a todas as demandas ajuizadas após essa data. 2. Entretanto, a referida tese não se aplica ao caso dos autos, na medida em que fora ajuizado no ano de 2011, quando a tese decidida em sede de repercussão geral não encontrava-se em vigor. 2. Sendo assim, rejeito a preliminar de carência de ação, por ausência de interesse de agir. 3. Em consonância com o parecer ministerial também merece ser rejeitada a presente preliminar, pelas mesmas razões expendidas pelo Parquet Estadual, observa-se: "Isso porque a qualidade autoral de dependente do falecido restou comprovada pelos documentos de fls. 99/101, consignando o INSS a existência de único dependente em nome do falecido, qual seja, a autora/apelada. Ademais, em que pese a certidão de óbito (fl. 16) do de cujus atestar que ele deixou 04 (quatro) filhos, os dependentes do falecido renunciaram expressamente seus quinhões no seguro em comento (fls. 61/64), porém mediante simples Procuções Particulares. Nos termos do disposto no artigo 1.806 do CC, o*



*juiz a quo determinou a intimação da parte autora para juntar aos autos o instrumento público de cessão. Porém, equivocadamente, a viúva, ora apelada, procedeu à juntada tão somente de Procurações Públicas outorgadas pelos demais herdeiros (fls. 93/94). Em que pese a diferença entre Procuração Pública e Instrumento Público de Renúncia de Herança, pela análise conjunta dos documentos de fls. 61/64 e 89/94, constata-se a manifesta renúncia dos 4 (quatro) descendentes do falecido e seus quinhões na indenização securitária em debate. Dessa forma em homenagem ao Princípio da Autonomia da Vontade das Partes, e ao Princípio da Instrumentalidade das Formas, segundo o qual nenhuma nulidade será declarada se não houver prejuízo, devem ser validadas referidas renúncias, figurando, assim, a viúva/autora, como única herdeira da presente indenização securitária...” Assim sendo, rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa da parte autora. 4. No mérito, é necessário destacar a presença nos autos do mínimo de prova capaz de demonstrar que a morte do Sr. Juarez Francisco da Cunha ocorreu em conformidade com o que foi narrado no documento de fls. 15, envolvendo o mesmo veículo que alude o documento de fls. 14, corroborando com a certidão de óbito. 5. Além disso, verifica-se dos autos que o magistrado de piso atentou-se à atualização legislativa e já aplicou ao caso os dispositivos previstos na Lei 11.945/2009, que prevê como limite máximo de indenização nos casos de seguro DPVAT a importância de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos casos justamente de morte, como no caso dos autos, ou de invalidez permanente. 6. Por outro lado, argumenta o apelante que só teria a apelada direito à 50% (cinquenta por cento) do capital segurado, que corresponderia a sua quota parte. Entretanto, não deve prosperar a referida argumentação do apelante, pois como já exposto em sede de preliminar de ilegitimidade passiva, os demais herdeiros dos segurados renunciaram a sua quota parte do seguro em favor justamente da apelada, conforme se verifica da análise conjunta dos documentos de fls. 61/64 e 89/94. 7. Portanto, não assiste razão ao apelante, razão pela qual conheço do recurso para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença de piso. (TJPI | Apelação Cível Nº 2015.0001.008837-0 | Relator: Des. Hilo de Almeida Sousa | 3ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 27/06/2018 )*

**Diante disso, intime-se a parte autora, através de seu advogado para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar que a indenização fora indeferida na via administrativa, sob pena de indeferimento da inicial (art.321 do NCPC).**

Cumprida ou não a diligência supra, voltem-me os autos conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

**BARRAS-PI, 9 de janeiro de 2020.**



**Ermano Chaves Portela Martins**  
**Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Barras**



**PROCESSO Nº: 0802140-15.2019.8.18.0039**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: CARLOS ANTUNES BARBOSA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da presente ação, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

BARRAS-PI, 9 de janeiro de 2020.

**ELESBAO SAMPAIO BARBOSA**  
**Secretaria da Vara Cível da Comarca de Barras**





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRAS-PI.**

**CARLOS ANTUNES BARBOSA**, brasileiro, solteiro, portadora do RG nº 134577683, inscrito no CPF sob o nº 337.313.223-15, residente e domiciliado na Avenida Francisco da C Veloso nº 550, Bairro: Morada Nova, Cabeceiras do Piauí - PI, por intermédio de sua advogada e bastante procuradora "in fine" assinado, com escritório profissional localizado no endereço constante do rodapé da presente, onde indica para receber as citações e intimações de estilo, assim, vem, mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, Código FIP: 03271 situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

**1. DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Requerente declara que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950 e art. 5º, inciso LXXIV da CF/88.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, a Requerente desde já requer este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

**3. DOS FATOS**

No dia **15 de janeiro de 2018**, por volta das 17HS30MIN, **CARLOS ANTUNES BARBOSA**, sofreu um acidente de trânsito, quando trafegava pela Rua Amaro com a Avenida Getúlio de Moura, Nova Iguaçu - RJ, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 FAN, PLACA LLM 4405, ANO/MODELO 2010/2011, onde teria ocorrido uma colisão o condutor foi atingindo por um veículo, o mesmo foi lesionado. Após o acidente, foi socorrido pelo Corpo de Bombeiro Militar e em seguida transferido para Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI), onde foi atendido através do BAM 4408. Conforme prontuário de atendimento em anexo.

Verifica-se **que a vítima se encontra incapacitado para ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura**, conforme documentos anexados nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo. Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.



Cabe ressaltar que a parte autora, **CARLOS ANTUNES BARBOSA**, primeiramente fez uso da via administrativa, no entanto o valor pago, foi inferior ao estabelecido pela lei. Sendo assim, o autor insatisfeito com tal valor vem solicitar a diferença, por esses motivos foi OBRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO.

#### 4. DO DIREITO

##### 4.1 DA LEGITIMIDADE PASSIVA

No tocante à legitimidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, senão vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0  
DJ:10/06/2002 PAG. 220  
MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que institui sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, **qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização**, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido”  
(g.n)

RESP nº 595105/RJ  
RECURSO ESPECIAL 2003/0168290-0  
DJ 6/09/2005 p. 362  
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR

“CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MEMSO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92.

**I. O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes, que são suas beneficiárias, de sorte que independentemente do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes”. (g,n)**

##### 4.2 DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, que “A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, a requerente não precisa se submeter às vias administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.

Pois, suscitar a falta de agir, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal. Vejamos a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

-Nº: 121621999  
-RELATOR: JAMIL DE MIRANDA GENEON NETO.



DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/06/02  
ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CÍVEL  
-PROCESSO: APELAÇÃO CÍVEL

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. INTERESSE PROCESSUAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LEGALIDADE DA PRETENSÃO. FIXAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. **O beneficiário do Seguro obrigatório DPVAT tem interesse processual para a ação de cobrança direta contra a seguradora, independente de prévio requerimento do beneficiário pela via administrativa.** A interpretação dada a lei pelo réu, em defesa do seu direito, não configura hipótese ensejadora da litigância de má-fé. **A indenização por acidente de veículo, pleiteada com base na cobertura do seguro obrigatório DPVAT é devida, independentemente da circunstância de haver sido pago ou não o prêmio a ele correspondente, a teor da orientação sumulada o STJ, cabendo ao requerente, apenas o ônus de provar a existência do sinistro e a sua condição de beneficiário.** Recurso improvido por unanimidade”. (Grifamos)

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o Seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, **não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigada a requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

#### 4.3 DO NEXO DE CAUSALIDADE

Por ocasião do acidente, CARLOS ANTUNES BARBOSA, apresenta dor e limitação em membros inferiores sequela de lesão do anel pélvico, disjunção da sínfise púbica, conforme exame e atestado médico em anexo.

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que o autor carregou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e LAUDO MÉDICO).

#### 4.4 DA PREVISÃO LEGAL

Diante de tal fato e da comprovação da invalidez, a requerente vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizada, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, dispositivo **que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Segundo o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez**



***permanente;***

***III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas***

Note, Excelência, que o caso em questão condiz com o especificado em lei, vez que a vítima ficou com invalidez, em decorrência do acidente, fato este comprovado através de toda documentação exigida pela legislação em vigor.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

***Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo art. 373, I, do Novo Código de Processo Civil e o que estabelece o art. 5º da Lei 6.194/74, pois junta documentos comprovando suas alegações, boletim de ocorrência, além da documentação médica hospitalar, corroborando a veracidade das declarações expostas, não restando a menor dúvida da ocorrência do fato, atestando o mesmo como verdadeiro, portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II, do Novo CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 - CLASSE II - 21 -**

**APELANTE: SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS**

**APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA**

**Número do Protocolo: 69727/2008**

**Data de Julgamento: 8-9-2008**

**EMENTA:**

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS -**



RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, "**o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**".

**Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.**

**O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).**

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

#### 4.5 DA ILEGALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA FENASEG CONTRARIANDO DISPOSITIVO DE LEI

É bom alvitre mencionar também, que as seguradoras se arrimam numa "obscura resolução" da FENASEG para negar o pagamento integral da indenização, que é devido por força de lei às vítimas de acidente de trânsito.

A diminuição do valor pago é ilegal até porque o direito do requerente está fundamentado em lei, e uma mera Resolução de caráter administrativo não tem o condão de revoga-lo. E não é outro o entendimento dos nossos Tribunais, senão vejamos o julgado do Egrégio Tribunal do Estado do Maranhão abaixo colacionado:

Acórdão: 0806492009

Relator: JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

Data: 23/04/2009

Processo: APELAÇÃO CÍVEL

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. OFÍCIO. FENASEG. INUTILIDADE. ART. 130, DO CPC. PAGAMENTO A CREDORES PUTATIVOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ART. 333, II, DO CPC. RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO PODE SE SOBREPOR À NORMA PÚBLICA. **Lei que regula o seguro obrigatório de acidentes pessoais não pode ser derogada por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, por ser esse diploma de espécie normativa hierarquicamente inferior. (grifamos)**

Conclui-se que o direito da requerente é líquido e certo, sendo apenas matéria de direito, e fundamenta-se perfeitamente na legislação vigente, com o quantum indenizatório fixado por lei sem sofrer influência de meras resoluções da FENASEG. O valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) é totalmente correto e coerente de acordo com a lei em vigor.

#### 5. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) A citação da requerida, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de ser-lhe decretada a revelia;



b) O julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do Novo Código de Processo Civil, uma vez que o presente feito refere-se unicamente a matéria de direito, não havendo necessidade de produção de prova;

c) Seja determinada a *inversão do ônus da prova*, bem como a exibição do processo administrativo onde a parte autora requereu o pagamento da indenização secundária, sob pena de presumem-se verdadeiros os fatos que por meio dele se provariam, nos termos do art. 400 do Novo Código De Processo Civil;

d) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, valor este referente à indenização por invalidez permanente, oriunda do Seguro Obrigatório de danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.

**e) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita por ser a requerente pessoa pobre na concepção da Lei nº 1.060/50;**

**f) Seja concedido a prioridade da tramitação processual, nos termos do art. 1048 do NCPC por ser a requerente pessoa portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6.º, inciso XIV, da Lei n.º 7.713, de 22 de dezembro de 1988;**

g) Caso Vossa Excelência entenda necessário, seja realizada perícia médica na vítima do acidente para que seja comprovada sua sequela permanente, na qual sejam esclarecidos pelo Sr. Perito os quesitos em anexo.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial, depoimento pessoal das partes, e a realização de perícia médica, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Barras-PI, 23 de dezembro de 2019.

**Carla Yohanna Moreira Gonçalves**  
**OAB/PI 12.805**





CARLA YOHANNA GONÇALVES  
ADVOGADA | OAB/PI 12.805

### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Carlos Artur de Barroso, brasileiro  
desempregado, portador do RG nº 334.577-683,  
e CPF nº 337.213.223-15, residente e domici-  
liado na Avenida Francisco da C. Filho,  
nº 550, Mocada Nova - Calçadões - PI.

**OUTORGADA:** CARLA YOHANNA MOREIRA GONÇALVES, brasileira, solteira, advogada devidamente inscrita na OAB/PI, sob o nº. 12.805, com escritório profissional com sede na Rua São José, s/n, Centro, CEP: 64.100-000, Barras-Piauí, onde recebe as citações, notificações e intimações de estilo.

**PODERES:** Para o Foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas que lhe(s) forem propostas, seguindo umas e outras até final decisão e execução, usando de todos os recursos em direito permitidos, receber citações iniciais, louvar se em perito ou impugná-los, fazer impugnações, adjudicações; concordar ou não com cálculos, transigir, desistir, receber e dar quitação de quaisquer quantias a que o outorgante tenha direito, confessar, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito o que se funda ação, firmar compromisso e subestabelecer esta, com ou sem reservas de poderes, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais e Distritais, e órgãos da Administração Pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, inclusive requisitar extratos de conta bancária junto ao Banco Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, bem como receber alvarás judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, praticando em fim todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato. E, por ser esta a vontade do Outorgante, me pediu que lhe lavrasse nestas minhas notas o presente instrumento de procuração, a que lhe fiz, li em voz alta, declarando-me que o aceita.

Barras, 30 de dezembro de 2019

Carlos Artur de Barroso  
Outorgante

ENDEREÇO: Rua São José, S/N, CP 64.100-000, Centro | Barras-Piauí  
TELEFONES: (86) 99824-3548 | (86) 99598-3330 | (86) 98172-3580  
e-mail: carlayohannaadv@hotmail.com



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

EU, Carlos Artur Barbosa, brasileiro, des-  
empregado, portador do RG nº 134.577.683, e  
CPF nº 337.313.223-15, residente e domiciliado  
na Avenida Seneca da L. Silveira nº 550,  
Rocinha - Pátio - PI.

**DECLARO**, nos termos da lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e lei nº 1.060/50, para os devidos fins, de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do meu sustento.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade.

Barras-PI, 10 de Dezembro de 2019

Carlos Artur Barbosa

**DECLARANTE**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**CARLOS ANTUNES BARBOSA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
134577683D1C RJ

CPF  
337.313.223-15

DATA NASCIMENTO  
06/03/1965

RELAÇÃO

MARIA DE NAZARE  
BARBOSA

PERMISSÃO  
EXERCER ATIV. REMUNERADA

ACE. CAT. TAX. 20

NO REGISTRO 00034616110

VALIDADEZ 07/32/2020

1ª HABILITAÇÃO 14/03/1995

VALIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1312704059

OPERAÇÕES

EXERCE ATIV. REMUNERADA  
CURSO COLETIVO PASS

*Carlos Antunes Barbosa*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL NOVA IGUAÇU, RJ

DATA EMISSÃO 06/05/2016

45903285426  
RJ213517361

ASSINATURA DO EMISSOR

DETTRAN-RJ (RIO DE JANEIRO)

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1312704059



**VENCIMENTO** 20/11/2019 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 32,97

PAGUE ATÉ O VENCIMENTO. EVITE COBRANÇA DE MULTA + JUROS + MORA, CONFORME LEI FEDERAL 11.445/2007 O SERVIÇO SERÁ SUSPENSO 30 DIAS APÓS VENCIMENTO.

CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA CONFORME LEI Nº 11.445/2007							
Parâmetros	Turbidez	Cor	Cloro	PH	Ferro	Cálcio Total	Escherichia Coli
Valor Máximo Permitido	5,0	15	5,0	6,0 a 9,5	0,8	Ausente	Ausente
Nº Mínimo de Amostras Exigidas							
Nº Amostras Realizadas							
Nº Amostra que Atende Legislação							
Valor Médio	0.55	1.00	0.47	7.75	0.00	0.00	0.00
Conclusão: RESERVE A CUNHADA DA ÁGUA, LIME OS RESERVIATÓRIOS SEMESTRALMENTE.							
Mensagens							
A AGESPISA NÃO VAI MAIS MANTER SERVIÇO DE ENTREGA DE CONTA ALTERNATIVA. RETIRE 2 VIA SITE WWW.AGESPISA.COM.BR. EVITE JOGAR LIXO NA REDE COLETORA. ESGOTO COLETADO PELA AGESPISA RECEBE PROCESSO DE TRATAMENTO ANTES DA DESTINAÇÃO FINAL.							



**REGISTRO DE OCORRÊNCIA****Nº 052-00378/2018**

Data/Hora Início do Registro: 15/01/2018 20:04 Final do Registro: 15/01/2018 20:15

Origem: Outros, Circunscrição: 052a Delegacia de Polícia

Responsável p/ Investigação: RENAN BARBOSA SANTOS

Local de trabalho: Rua SAVÉRIO JOSÉ BRUNO 260 GARAGEM Bairro: AEROCUBE Município: NOVA IGUAÇU RJ  
Telefone Nº: 26671024 Obs.: Garagem da Empresa Salutan.  
Residente na Rua DIVA 81 CASA Bairro: AUSTIN Município: COMENDADOR SOARES RJ Telefone Nº: 26671024  
Filho de: NÃO DECLARADO e MARIA DE NAZARÉ BARBOSA Data de nascimento: 06/03/1965 Nacionalidade: BELÉM DO PIAUÍ-PI Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino Cor: Parda Estado Civil: Casado(a) Ocupação Principal: Motorista

**Envolvido - Lesão Corporal Culposa (outros) (Lei 9503/97)**

Nome: JESSICA ADRIANA DIAS DOS SANTOS - Civil ID confirmada

CPF/CIC Nº 082.458.827-47 M.FAZ

Residente na Sem tipo VIRTUDE 50 Bairro: CENTRO Município: MESQUITA RJ Telefone/Celular Nº: 21964971916

Filho de: WILSON VIRGINIO DOS SANTOS e MARILDA DIAS DOS SANTOS Data de nascimento: 02/12/1978

Nacionalidade: RIO DE JANEIRO-RJ Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Cor: Parda Estado Civil: Ignorado

Ocupação Principal: Ignorado

**Autor - Lesão Corporal Culposa (outros) (Lei 9503/97)**

Nome: NÃO IDENTIFICADO - Não identificado

Nacionalidade: Brasileira

**Decisões****Envolvido - Lesão Corporal Culposa (outros) (Lei 9503/97)**

CARLOS ANTUNES BARBOSA

posteriormente.

**Envolvido - Lesão Corporal Culposa (outros) (Lei 9503/97)**

JESSICA ADRIANA DIAS DOS SANTOS

posteriormente.

**Dinâmica do Fato**

O comunicante é policial militar lotado no 20º BPM e foi acionado por mensagem por volta das 17:30min para se dirigir a Rua Amaro com a Avenida Getúlio de Moura, onde teria ocorrido uma colisão entre uma motocicleta e um carro, onde o condutor da motocicleta teria se lesionado; ao chegar no local se deparou com o nacional CARLOS ANTUNES BARBOSA no chão e consciente porém aguardando a chegada dos bombeiros. Informa que minutos depois o CBM chegou ao local e levou a vítima ao HCN onde foi atendida através do BSM 4408. Relata que o condutor da motocicleta HONDA CG 150 FAN placa: LLM4408 era CARLOS, e o condutor do veículo HONDA FIT placa: JHX5986 era JESSICA ADRIANA DIAS DOS SANTOS.

**Assinaturas**

CARLOS ANTUNES BARBOSA

JESSICA ADRIANA DIAS DOS SANTOS

RENAN BARBOSA SANTOS

Inspetor de Polícia - 5.033.294-5

Data/Impressão: 18/01/2018 Impresso por: ADENOR NUNES DA SILVA

Protocolo nº: 003000-1052/2018

Para acompanhar o seu Registro de Ocorrência, acesse o endereço eletrônico: [www.policiacivil.rj.gov.br](http://www.policiacivil.rj.gov.br) informando número do procedimento, código de acesso e CPF



2 de 2

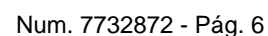
[www.policiacivil.rj.gov.br](http://www.policiacivil.rj.gov.br)

Código de acesso: 489FB



20 - **Ofício** - R. Dr. Barros Junior 55/57, Nova Iguaçu - RJ  
**Titular:** Dr. Manuel Jose da Silva  
**AUTENTICACAO**  
 Certifico e dou fe que a presente copia e a reproducao  
 do original que me foi apresentado. Nova Iguaçu 27/04/2018  
 Serventia: 5,57  
 Taxas : 2,26  
 CLAUDIA CRISTINA BARBOSA DA SILVA - ESCRIV(a) Total : 7,83  
 Selo: EDMF95481 GSM  
 Consulte em <https://www3.tjrs.jus.br/sitepublico>

20. Ofício - R. Dr. Barros Junior 55/57, Nova Iguaçu -  
 Titular: Dr. Manuel Jose da Silva, Reconheço  
 por AUTENTICIDADE, a(s) Firma(s) de:  
 CARLOS ANTUNES BARBOSA.  
 Nova Iguaçu - , 27/04/2018, Conf. por:   
 Servente:   
 Taxas: \_\_\_\_\_  
 Total: 7,00  
 CLAUDIA CRISTINA BARBOSA DA SILVA -  
 Selo: E0M-95400 FMS  
 Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG  
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL

052a.Delegacia de Polícia

Avenida Gov. Amaral Peixoto, 950, Centro, Nova Iguaçu - RJ.

26210-090, TEL.: (21)3779-0168

CEP:

## REQUISIÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO

Protocolo: 020949-1052/2018

Procedimento: 052-00378/2018

Data do Expediente: 28/03/2018

Hora do Expediente: 11:26 horas

DO: Delegado de Polícia da 052a.Delegacia de Polícia.

AO: Diretor do SML NOVA IGUAÇU

Encaminhamento: Direto

Solicitamos a V. Sa. determinar a realização do Exame de Corpo de Delito - Lesão Corporal, na forma do artigo 158 e seguintes do Código de Processo Penal, na pessoa de CARLOS ANTUNES BARBOSA, portador da Identidade (outros estados), número 671.002, emitido por SSP/PI, tendo em vista apurar-se Lesão Corporal Cuiposa (outros) (Lei 9503/97), em 15/01/2018, aproximadamente às 17:30:00, na Sem tipo AMARO, 00, JUSCELINO, devendo o Senhor Perito Legista proceder a marcação de nova consulta médico-legal, caso seja necessária realização de exame complementar, na forma do artigo 168 do Código de Processo Penal, independente de nova requisição.

### INFORMAÇÕES HOSPITALARES:

Atendimento médico prestado no:

Data do Atendimento:

Hora do Atendimento:

Número do BAM:

### LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EXAME DE CORPO DE DELITO:

Rua Edna, S/N, Centro, NOVA IGUAÇU, Tel:

### Quesitação:

1º Quesito: Há vestígio de lesão à integridade corporal ou à saúde da pessoa examinada com possíveis nexos causal e temporal ao evento alegados ao perito?

2º Quesito: Qual foi o instrumento ou meio que produziu a lesão?

3º Quesito: Foi produzida por emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?

4º Quesito: Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?

5º Quesito: Resultou em perigo de vida?

6º Quesito: Resultou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função (resposta especificada)?

7º Quesito: Resultou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável ou deformidade permanente (resposta especificada)?

8º Quesito: Não Aplicável

9º Quesito: Outras considerações objetivas relacionadas aos vestígios produzidos pela lesão corporal, a critério do Senhor Perito Legista.

Data da impressão: 28/03/2018-11:27:02

Página 01/02





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG  
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
SML NOVA IGUAÇU  
Rua Edna, S/N Centro - NOVA IGUAÇU - 26030-430

### LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO DE LESÃO CORPORAL

Laudo: SML-NI-CMD-002588/2018 Data da Requisição: 28/03/2018 11:26:37  
Procedimento: 052-00378/2018 Recebimento da Requisição: 29/03/2018 09:20:25  
Requisição: 020949-1052/2018 Encerramento do Laudo: 29/03/2018 10:43:33  
Prontuário: 550-02751/2018 Processo:  
Órgão Requisitante: 052a. Delegacia de Polícia

1) FUNDAMENTADA NA AINDA MUITO ATUAL DECISÃO JUDICIAL ABAIXO  
TRANSCRITA, ESTE PERITO ABSTÉM-SE DE RESPONDER ESTE QUESITO.

*"O INSTITUTO MÉDICO - LEGAL É UM ÓRGÃO ESTATAL MAL APARELHADO E  
DEFICITÁRIO, NÃO SENDO POSSÍVEL OBRIGÁ-LO À PRESTAÇÃO DE MAIS ESTE ENCARGO,  
QUE AO FINAL SÓ SE PRESTA AO INTERESSE DA EMPRESA SEGURADORA. ASSIM, POR SE  
TRATAR DE SEGURO PRIVADO, NÃO SE PODE UTILIZAR DE UM ÓRGÃO PÚBLICO -  
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL PARA EXPEDIÇÃO DO LAUDO. SABE-SE QUE O IML, TANTO  
DA CAPITAL COMO DO INTERIOR, ONDE PRESTA ATENDIMENTO, O SERVIÇO É  
PRECÁRIO, PELA FALTA DE PESSOAL E ESQUIPAMENTOS, ONDE OS PROFISSIONAIS  
TRABALHAM ALÉM DE SUA CAPACIDADE PARA O ATENDIMENTO DAS OCORRÊNCIAS  
POLICIAIS E DO JUÍZO CRIMINAL. ASSIM, EM AJUIZANDO A VÍTIMA AÇÃO DE  
COBRANÇA, TORNA-SE DESNECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA PELO IML, POIS A  
PERÍCIA JUDICIAL É MUITO MAIS ABRANGENTE E PERMITE O CONTRADITÓRIO,  
INCLUSIVE COM A INDICAÇÃO DE ASSISTENTE PELAS PARTES. ADEMAIS OS LAUDOS  
FORNECIDOS PELO IML RESPONDEM AOS QUESITOS DE INTERESSE DA ÁREA CRIMINAL,  
SEM DEFINIÇÃO DE GRAU DE INVALIDEZ, SENDO PORTANTO, INCOMPLETO PARA A  
FORMAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO EM AÇÃO DE COBRANÇA NA ESFERA CÍVEL."*

8) Resultou de antecipação de parto ou aborto (resposta  
especificada)?

NÃO

9) Outras considerações objetivas relacionadas aos vestígios  
produzidos pela lesão corporal, a critério do Senhor Perito  
Legista.

NÃO

JULIANO SOUZA DE ABREU HIDD  
4.351.119-8 - 52771481

Data de Impressão: 29/03/2018 às 10:43:39

Página 4/4





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG  
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
SML NOVA IGUAÇU  
Rua Edna, S/N Centro - NOVA IGUAÇU - 26030-430

### LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO DE LESÃO CORPORAL

Laudo: SML-NI-CMD-002588/2018 Data da Requisição: 28/03/2018 11:26:37  
Procedimento: 052-00378/2018 Recebimento da Requisição: 29/03/2018 09:20:25  
Requisição: 020949-1052/2018 Encerramento do Laudo: 29/03/2018 10:43:33  
Prontuário: 550-02751/2018 Processo:  
Órgão Requisitante: 052a. Delegacia de Polícia

1) FUNDAMENTADA NA AINDA MUITO ATUAL DECISÃO JUDICIAL ABAIXO  
TRANSCRITA, ESTE PERITO ABSTÉM-SE DE RESPONDER ESTE QUESITO.  
*"O INSTITUTO MÉDICO - LEGAL É UM ÓRGÃO ESTATAL MAL APARELHADO E  
DEFICITÁRIO, NÃO SENDO POSSÍVEL OBRIGÁ-LO À PRESTAÇÃO DE MAIS ESTE ENCARGO,  
QUE AO FINAL SÓ SE PRESTA AO INTERESSE DA EMPRESA SEGURADORA. ASSIM, POR SE  
TRATAR DE SEGURO PRIVADO, NÃO SE PODE UTILIZAR DE UM ÓRGÃO PÚBLICO -  
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL PARA EXPEDIÇÃO DO LAUDO. SABE-SE QUE O IML, TANTO  
DA CAPITAL COMO DO INTERIOR, ONDE PRESTA ATENDIMENTO, O SERVIÇO É  
PRECÁRIO, PELA FALTA DE PESSOAL E ESQUIPAMENTOS, ONDE OS PROFISSIONAIS  
TRABALHAM ALÉM DE SUA CAPACIDADE PARA O ATENDIMENTO DAS OCORRÊNCIAS  
POLICIAIS E DO JUÍZO CRIMINAL. ASSIM, EM AJUIZANDO A VÍTIMA AÇÃO DE  
COBRANÇA, TORNA-SE DESNECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA PELO IML, POIS A  
PERÍCIA JUDICIAL É MUITO MAIS ABRANGENTE E PERMITE O CONTRADITÓRIO,  
INCLUSIVE COM A INDICAÇÃO DE ASSISTENTE PELAS PARTES. ADEMAIS OS LAUDOS  
FORNECIDOS PELO IML RESPONDEM AOS QUESITOS DE INTERESSE DA ÁREA CRIMINAL,  
SEM DEFINIÇÃO DE GRAU DE INVALIDEZ, SENDO PORTANTO, INCOMPLETO PARA A  
FORMAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO EM AÇÃO DE COBRANÇA NA ESFERA CÍVEL."*

7) Resultou incapacidade permanente para o trabalho ou  
enfermidade incurável ou deformidade permanente (resposta  
especificada)?







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG  
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
SML NOVA IGUAÇU  
Rua Edna, S/N Centro - NOVA IGUAÇU - 26030-430

## LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO DE LESÃO CORPORAL

Laudo: SML-NI-CMD-002588/2018 Data da Requisição: 28/03/2018 11:26:37  
Procedimento: 052-00378/2018 Recebimento da Requisição: 29/03/2018 09:20:25  
Requisição: 020949-1052/2018 Encerramento do Laudo: 29/03/2018 10:43:33  
Prontuário: 550-02751/2018 Processo:  
Órgão Requisitante: 052a.Delegacia de Polícia

### Examinado:

Nome: CARLOS ANTUNES BARBOSA - Sexo: Masculino - Data de Nascimento: 06/03/1965  
Documento: Identidade (outros estados) - 671.002 - SSP/PI - 27/08/1990  
Endereço: Rua SAVÉRIO JOSÉ BRUNO, 260 GARAGEM - AEROCUBE - NOVA IGUAÇU - RJ  
Filiação:  
Nome do Pai: NÃO DECLARADO  
Nome da Mãe: MARIA DE NAZARÉ BARBOSA

### Preâmbulo:

Pelo Diretor ANGELO SILVARES GONCALVES - Matrícula 860.344-1 do SML NOVA IGUAÇU foi(ram) designado(s) o(s) perito(s) legista(s) abaixo para proceder(em) ao exame de Lesão Corporal a fim de ser atendida a requisição supra, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, e que encontrar(em), descobrir(em) e observar(em), e, bem assim, para responder aos seguintes quesitos:

### Histórico:

PERICIADO ALEGA TER SE ENVOLVIDO EM ACIDENTE MOTO X CARRO EM 15/01/2018.  
FOI ATENDIDO NO HGNI E DIAGNOSTICADO COM DISJUNÇÃO DA SÍNFISE PÚBLICA DE 1,6CM, SEM INDICAÇÃO CIRÚRGICA, SEGUNDO AVALIAÇÃO DO DR. GUSTAVO MAIA FRANCO SANTOS, CRM: 5271401-1.

### Descrição:

O EXAME DIRETO EM 29/03/2018 APURA PERICIADO DEAMBULANDO COM AUXÍLIO DE 2 MULETAS.  
CONSEGUE DEAMBULAR SEM MULETAS, PORÉM CLAUDICANDO DA PERNA DIREITA, POR PEQUENAS DISTÂNCIAS E POR PERÍODO DE TEMPO MUITO CURTOS.  
ALEGA NÃO CONSEGUIR PERMANECER DEAMBULANDO SEM MULETAS POR LONGOS PERÍODOS DE TEMPO, DEVIDO A DOR IMPORTANTE NO QUADRIL.  
DURANTE ESTE EXAME, CONSEGUE PERMANECER EM PÉ APOIADO APENAS NA PERNA ESQUERDA, PORÉM NÃO CONSEGUE APOIAR-SE SOMENTE COM A PERNA DIREITA.

Data de Impressão: 29/03/2018 às 10:43:39

Página 1/4







GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - SESEG  
CHEFIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
SML NOVA IGUAÇU  
Rua Edna, S/N Centro - NOVA IGUAÇU - 26030-430

**LAUDO DE EXAME DE CORPO DELITO DE LESÃO CORPORAL**

Laudo: SML-NI-CMD-002588/2018 Data da Requisição: 28/03/2018 11:26:37  
Procedimento: 052-00378/2018 Recebimento da Requisição: 29/03/2018 09:20:25  
Requisição: 020949-1052/2018 Encerramento do Laudo: 29/03/2018 10:43:33  
Prontuário: 550-02751/2018 Processo:  
Órgão Requisitante: 052a. Delegacia de Polícia

**Das respostas aos quesitos:**

- 1 ) Há vestígio de lesão à integridade corporal ou à saúde da pessoa examinada com possíveis nexos causal e temporal ao evento alegados ao perito?  
SIM
- 2 ) Qual foi o instrumento ou meio que produziu a lesão?  
AÇÃO CONTUNDENTE
- 3 ) Foi produzida por emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por outro meio insidioso ou cruel (resposta especificada)?  
PREJUDICADO
- 4 ) Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?  
SIM
- 5 ) Resultou em perigo de vida?  
NÃO
- 6 ) Resultou debilidade permanente ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função (resposta especificada)?



DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES MÉDICAS  
HGNI



DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES MÉDICAS

DOC: 415/2018

CERTIFICO A PEDIDO QUE O(A) PACIENTE ABAIXO IDENTIFICADO(A) FOI ATENDIDO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR CONFORME TRANSCRIÇÃO DE DADOS DO DOCUMENTO MÉDICO ARQUIVADO NESTE DEPARTAMENTO.

NOME: **Carlos Antunes Barbosa**  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: 134577683  
ENDEREÇO : R Diva, 81 - Rodilândia / Nova Iguaçu - RJ

CLÍNICA DE ATENDIMENTO: Ortopedia  
FONTE DE INFORMAÇÃO: Prontuário: 419.014 BAM: 4408 em 15/01/18 às 18:28h  
DATA DA INTERNAÇÃO: 16/01/18 às 00:25h ALTA: 16/01/18

DIAGNÓSTICO: Disjunção da sínfise pubiana CID S 33.4

PROCEDIMENTOS: Avaliação e Conduta pela Ortopedia

NOVA IGUAÇU, 23 de março de 2018

Dr. Thales Carian Martins de Mattos  
MAT. 24/506.713 - 7  
COORDENADOR DO DIM

Thales Carian Martins de Mattos  
Médico  
CRM - 52.815/505-5

RUBRICA E MATRÍCULA DO SERVIDOR QUE EMITIU A DECLARAÇÃO

ESTE HOSPITAL É PÚBLICO E OS SERVIÇOS PRESTADOS SÃO INTEIRAMENTE GRATUITOS

SCCC



Paciente: CARLOS ANTUNES BARBOSA

Especialidade: CIRURGIA GERAL  
Boletim de Atendimento Médico: 4408

Unidade de Saúde: HOSPITAL GERAL DE NOVA IGUAÇU  
 Usuário (Entrada de Sistema): CARLOS AUGUSTO DA SILVA  
 Idade: 52 anos Sexo: M  
 Mãe: MARIA DE NAZARE BARBOSA CNS: Não Informado  
 Endereço: DIVA, 81, RODILANDIA, NOVA IGUAÇU, RJ, 26220060  
 Responsável: Nenhum Tipo de Chegada: GSE

Setor Atual: ORTOFEDIA VERMELHA

Data: 15/01/2018

Horas: 18:28:53

Nascimento: 06/03/1965

CPF: Não informado

Prontuário Único: 0000444305

Prontuário: Não Informado

**Tel:**

Tipo de Ocorrência: COLISÃO AUTO X MOTO

**Classificação de Risco: NÃO CLASSIFICADO**

Observação: TEN KERLY 44927  
PLACA LMJ4782  
CONDUTOR SD BORGES  
VIA PUBLICA

## Namespaces

em tempo  
paciente lúcido e orientado no tempo e espaço eupneico e hemodinamicamente estável  
sem queixas em região pélvica  
« apresentando disjunção da sínfise púbica  
« alteração para observação

GUSTAVO MAIA FRANCO SANTOS  
CRM 52714011  
2018-01-16 00:06:08

CTE SEM PATOLOGIAS PARA CIR GERAL. ALTA PELA CIR GERAL.  
 REGUE PELA ORTOPEDIA PARA ORIENTACOES/ATESTADO MEDICO.

PAULA BARROSO DE ARAUJO  
CRM 52929689  
2018-01-15 23:42:50

FOR EM REIGOA PELVICA, MAS MOBILIZANDO MEMBRO INFERIOR E SUPERIOR ATIVA E PASSIVAMENTE SEM DEFICIT MOTOR E OUO NEUROLOGICO  
C APRESENTANDO DISJUNÇÃO DA SINFISE PUBICA( 1,6CM, SEM INDICAÇÃO DE CIRURGIA) SEM LESAO DA SACRA ILIACA POSTERIOR  
LIBERADO PELA ORTOPEDIA E DEVENDO FAZER O ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL, PELA ORTOPEDIA

GUSTAVO MAIA FRANCO SANTOS  
CRM 52714011  
20/05/2015 15:00

[illegible]

CRM 5050077-8  
2013-01-15 22:49:00

F. J. Geral  
acidente trazido pelo GSE, vítima de queda da moto, em posição rígida sem apoio cervical sem head block. Nega perda de consciência, nega alúrgias, nega convulsões.  
VAP verbalizando, com olhar dirigido sem fixação de pontos.  
Não palpou repitação ou deformidades.  
RCP R. Abdo. Acil. não sentiu sinais de resacação. Hct. 9. Pte. esquerda  
Ligam.

Ligam

HGNI  
CONFERENCE ORIGINAL  
Araci Machado O. Silva  
Mat. 0628595  
AOSD Atendimento - HGNI

2016-01-15 16:34:46

### hipótese Diagnóstica

saos sinfise publica

GUSTAVO MAIA FRANCO SANTOS  
CRM 52714011  
16/01/2018 00:08:32

## 'prescrição

Medicamento: DIPIRONA 500MG/2ML - AMPOLA  
 Dosagem: 1 amp Via de Acesso: ENDOVENOSA Aprazamento: 1x  
 A partir de: Observação:

Impresso em 16/01/2018 às 00:13:19 por GUSTAVO MAIA FRANCO SANTOS

página 1/2





Paciente: CARLOS ANTUNES BARBOSA

Especialidade: CIRURGIA GERAL

Boleim de Atendimento Médico: 4408

Setor Atendimento: CIRURGIA GERAL VERMELHA

ALESSANDRY LOPES BASTOS

5267170-3

15/01/2018 18:35:56

### Exame Solicitado

TC DE ABDOMEM E PELVE

ALESSANDRY LOPES BASTOS

5267170-3

15/01/2018 18:34:58

### Saída

☐ ALTA HOSPITALAR  
☒ INTERNAÇÃO

☐ ALTA MÉDICA  
☐ ÓBITO

☐ ALTA À REVELIA  
☐ TRANSFERÊNCIA

☐ ALTA SOCIAL  
☐ DESISTÊNCIA

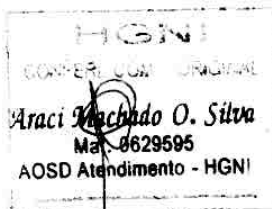
☐ ALTA ADMINISTRATIVA  
☐ ENCAMINHAMENTO

Observação de Saída:

GUSTAVO MAIA FRANCO SANTOS

CRM 52714011

16/01/2018 00:13:00





HOSPITAL GERAL DE NOVA IGUAÇU - CNES: 27.9866-2



ANAMNESE

Nome

Carlos Antunes Barbosa

Prontuário

444305

Queixa principal

Dor em região pélvica.

História Patológica Progressiva

ND

Dor em região pélvica e  
per gástrica de caráter



ND

Exame Físico

Dor, impotência funcional  
e Rx evidenciando  
deformação da superfície pélvica

Medicações de Uso Regular

ND

História de Alergias

☒ Não

☐ Sim

Quais?

Data

15/01/18

Carimbo e Assinatura do Profissional





Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL GERAL DE NOVA IGUAÇU - HGNI

4 - CNES

2 7 9 8 6 6 2

## Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - PARTO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

Masc. 1 Fem. 3

10 - RAÇA/COR

101 - ETNIA

11 - NOME DA MÃE

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - COD. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

33.

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Dores intensas focais e Rx evidenciando distorção da sínfise púbica.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Araci Machado O. Silva  
Mat. 0629595  
AOSD Atendimento - HGNI

22 - FILIAMENTO (MATERNA)

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

## AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

( ) CNS

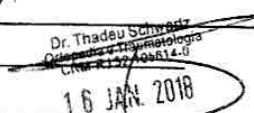
( ) CPF

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)



RELATÓRIO DE ALTA HOSPITALAR

SE ( )		PRONTUÁRIO Nº:	MATRICULA Nº:
Carlos Almeida Barbosa		419014	
HOSPITAL:	DI.P. ( )	CLINICA:	DIAGNÓSTICO-CÓDIGO:
HGNS		507	
TRATAMENTO OU OPERAÇÃO REALIZADA:			
Tratamento conservador em larga			
ACHADO CIRÚRGICO: Disfunção respiratória leve			
INTERNADO EM	OPERADO EM	ALTA EM:	
16/01/18	1-1-	16/01/18	
NECESSITA COMPLEMENTAÇÃO DE TRATAMENTO AMBULATORIAL: (X) SIM ( ) NÃO			
VOLTAR AO POSTO DE ORIGEM EM 1-1- 2 semanas			
OBSERVAÇÃO:			
Dr. Arthur (nota)			
DATA	ASSINATURA DE MÉDICO ASSISTENTE		
1-1-	 Dr. Thadeu Schradz Otorrinolaringologista CRM 21374-0/RS 16 JAN. 2018		
OBSERVAÇÃO: CARO PACIENTE, SUA REVISÃO SERÁ POR ORDEM DE CHEGADA. TODOS SERÃO ATENDIDOS DE FORMA IGUAL. A SUA CONSULTA DE RETORNO TEM QUE SER AGENDADA PARA O CONTROLE DO HOSPITAL.			



05/12/18 - 201

16/02/18

Dr. Rafael

08:00

①







Dr. THALISSON COSTA  
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA

Carlos Antonio Barbosa

Ateste que paciente apresenta dor e limitação em membros inferiores sequelas de lesão do anel pélvico. RUM: disfunção do sínfise púbica. Ao Exame: edema de brasa, manobra Grava positiva. Sugiro afastamento por tempo indeterminado

CID: S33.4

M25.5

04/10/19

Dr. Thalisson de Sousa Costa

Ortopedista e Traumatologista

CRM PI 5401 / CRM MA 8876 / SSOOT 15285 / ROE 3020



(66) 307-1710



dr.thalissoncosta@hotmail.com



dr.thalissoncosta





## Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu

Com base em Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Paracambi, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes, Rio das Flores, Vassouras, Paty de Alferes, Itaguaí e Mangaratiba.

SEDE ADMINISTRATIVA: RUA ANTÔNIO RABELO GUIMARÃES, 329 - CENTRO - NOVA IGUAÇU - RJ

TEL.: 2767-0387 - 2767-4973

### RECEITUÁRIO

Nome: Adriana Lúcia da Silva

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Nova Iguaçu  
Rua Antônia Rabelo Guimarães, 329 - Centro  
Nova Iguaçu - RJ  
Data: 23/12/2019  
Hora: 13:51  
Assinado eletronicamente por: CARLA YOHANNA MOREIRA GONCALVES  
Número do documento: 1912231351148040000007389012

Dr. Ivan Nogueira Junior  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-RJ 52.68.259-4

Trazer o receituário na próxima consulta.





**Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu**  
Com base em Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo,  
Paracambi, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes,  
Rio das Flores, Vassouras, Paty de Alferes, Itaguaí e Mangaratiba.  
SEDE ADMINISTRATIVA: RUA ANTÔNIO RABELO GUIMARÃES, 329 - CENTRO - NOVA IGUAÇU - RJ  
TEL.: 2767-0387 - 2767-4973

**RECEITUÁRIO**

Nome:

*Leandro Medeiros*

*Mr Carlos Antonio Barbosa, 54 anos,  
motorista vítima de acidente automobilístico  
envolvendo com plântulas de Infra Publico,  
O mesmo encontra-se em tratamento  
conservador, porém com dores muito  
se finto dor e sintomas funcionais  
se finto com paciente  
paciente sem condições laborativas devido  
ficar afastado das atividades*

*410.333.4  
M25.5*

*Dr. Fabio de Mattos F. Miranda  
Ortopedista - 62.95.064-1*

*21 AGO. 2018*

Trazer o receituário na próxima consulta.





**SOT** SERVIÇO DE  
ORTOPEDIA E  
TRAUMATOLOGIA

HOSPITAL GERAL DE  
NOVA IGUAÇU

Nome:

*Carlos A. Huss*

RECEITUÁRIO:

USO ORAL:

1- MAXSULID 400 mg

TOMAR 1 COMPRIMIDO 12-12 HORAS POR 6 DIAS

2- LISADOR

TOMAR 1 COMPRIMIDO 8-8 HORAS EM CASO DE DOR

3- CEFALEXINA 500 mg

TOMAR 1 COMPRIMIDO 6-6 HORAS POR 7 DIAS

*(5 x 6h)*

- CUIDADOS PÓS OPERATÓRIOS:

1- NÃO PISAR

2- FAZER CURATIVO TODO DIA ATÉ A REVISÃO

3- NÃO INGERIR BEBIDAS ALCOOLICAS

4- MANTER ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA

5- MANTER O MEMBRO ELEVADO PARA EVITAR INCHAÇO

6- AGENDAR REVISÃO

Dr. Thadeu Schwartz  
Ortopedia e Traumatologia  
R. 1052 Nova Iguaçu

16 JAN 2018





## Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Nova Iguaçu

Com base em Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Paracambi, Miguel Pereira, Engenheiro Paulo de Frontim, Mendes, Rio das Flores, Vassouras, Paty de Alferes, Itaguaí e Mangaratiba.

SEDE ADMINISTRATIVA: RUA ANTÔNIO RABELO GUIMARÃES, 329 - CENTRO - NOVA IGUAÇU - RJ

TEL.: 2767-0387 - 2767-4973

### RECEITUÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_

*Dono do veículo*

*Alf. Rodrigues*

*(Seguro de vida)*  
*Sistema Próprio*



**Trazer o recetário na próxima consulta.**

